

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER  
DOUTORADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E NOVAS  
TECNOLOGIAS**

**MATILDE DIAS MARTINS PUPO**

**PRODUTO DA TESE  
PROPOSTA PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DOS  
CURSOS DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL A PARTIR DE  
DEMANDAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA**

**CURITIBA**

**2023**



PORTFÓLIO

# PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

PROFESSORES DA  
APRENDIZAGEM  
PROFISSIONAL

---

@matildepupo

OUTUBRO DE 2023

# Í N D I C E

Apresentação	04
Justificativa	14
Objetivo Geral	20
Objetivos Específicos	21
Metodologia	22
Oficinas Temáticas	30
Minicursos	51
Formadores	74
Avaliação	76

# PRODUTO EDUCACIONAL

Esse Programa de Formação Continuada para Professores dos Cursos de Aprendizagem Profissional integra a tese de doutorado que focaliza a formação continuada de professores dos cursos de aprendizagem profissional, considerando que a formação dos docentes atuantes na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), historicamente, não se efetiva de modo sistemático em processos de formação acadêmica e institucionalizada, como destacam Machado (2011, 2013), Oliveira (2021), Moura (2008), Kuenzer (2008), Ciavatta e Ramos (2012), Costa (2016), abordados anteriormente nessa pesquisa.

PROGRAMA DE  
FORMAÇÃO CONTINUADA

@matildepupo



# APRESENTAÇÃO

Esta proposta de Programa de Formação Continuada para Professores dos cursos de aprendizagem profissional foi elaborada a partir dos dados de investigação resultantes da pesquisa que teve como objetivo compreender como ocorre a formação dos professores que atuam nos cursos de aprendizagem profissional para propor um programa de formação continuada.

PROGRAMA DE  
FORMAÇÃO CONTINUADA

—  
@matildepupo

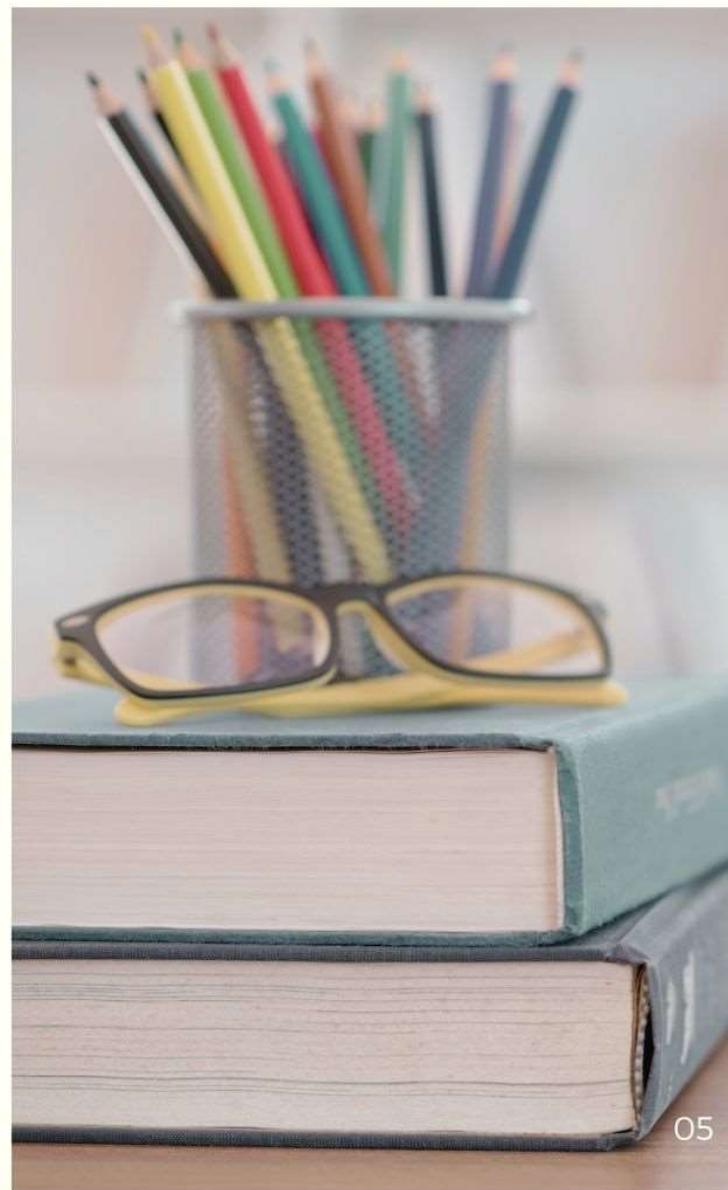


## APRESENTAÇÃO

---

Os dados da pesquisa demonstraram a inexistência de formação docente específica para atuação em cursos de aprendizagem profissional e ressaltaram o interesse e reconhecimento da importância dessa formação por parte dos profissionais em exercício nessa modalidade. Diante disso, o produto proposto pode ser desenvolvido como proposta de formação continuada em diferentes instituições que ofertam cursos de aprendizagem profissional, ou outras modalidades de ensino.

Na elaboração desse programa foi tomado por referência os estudos fundamentados na perspectiva histórica da educação profissional no Brasil, os estudos de autores que realizam pesquisa nesse campo, incluindo estado do conhecimento sobre as pesquisas publicadas e as indicações das regulamentações legais.





# APRENDIZAGEM PROFISSIONAL

A aprendizagem profissional é um programa de qualificação profissional e inserção no mundo de trabalho, prevista no artigo 7, inciso XXXIII da Constituição Federal, no artigo 62 do Estatuto da Criança e do Adolescente e na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que prevê a formação técnico-profissional metódica a adolescentes na faixa etária de 14 a 24 anos, visando sua inserção no trabalho com a contratação como aprendizes.

APRESENTAÇÃO

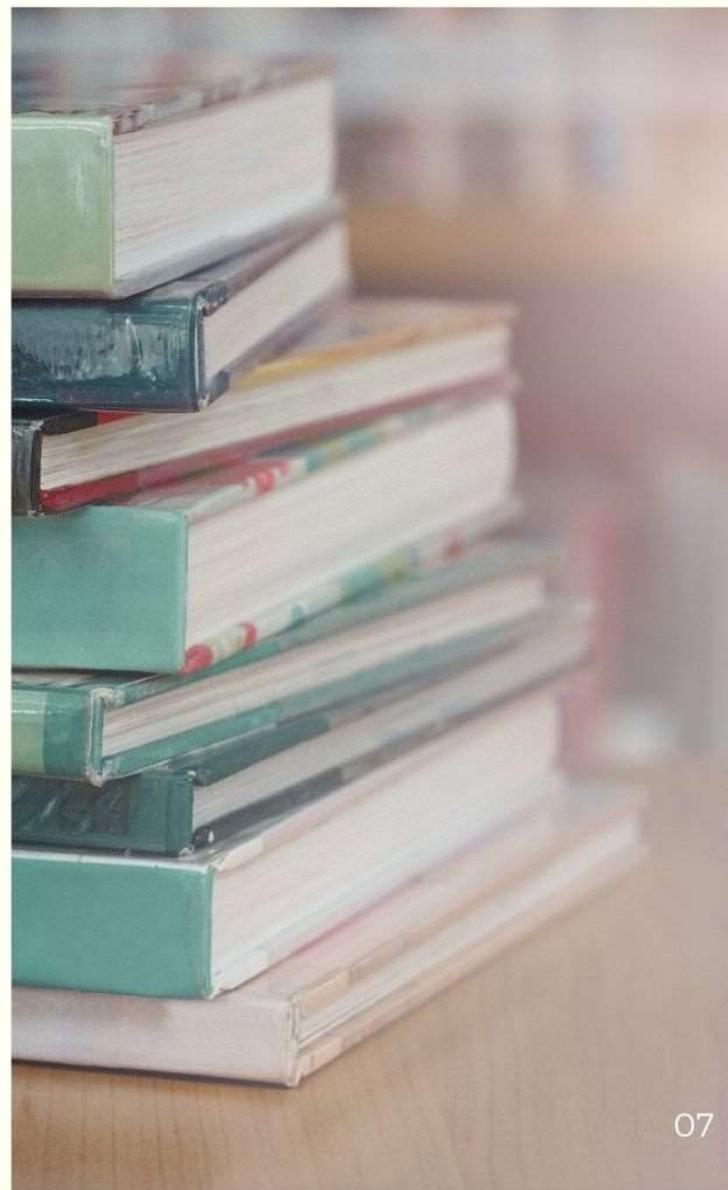
---

# MIRANDA

Ainda que no limite desta tese, o entendimento da aprendizagem para o trabalho é compreendido como integrante da “formação integral da pessoa toda e de todas as pessoas por meio da humanização do próprio mundo, ou seja, o saber epistemológico não rompe com o senso comum, mas se nutre dele por meio da investigação e da rigorosidade metódica em conexão com o conhecimento contextual” (MIRANDA, 2021, p. 75), em que a “formação geral e a formação para o trabalho são faces da mesma moeda na formação do ser integral” (MIRANDA, 2021, p. 90).

APRESENTAÇÃO

---



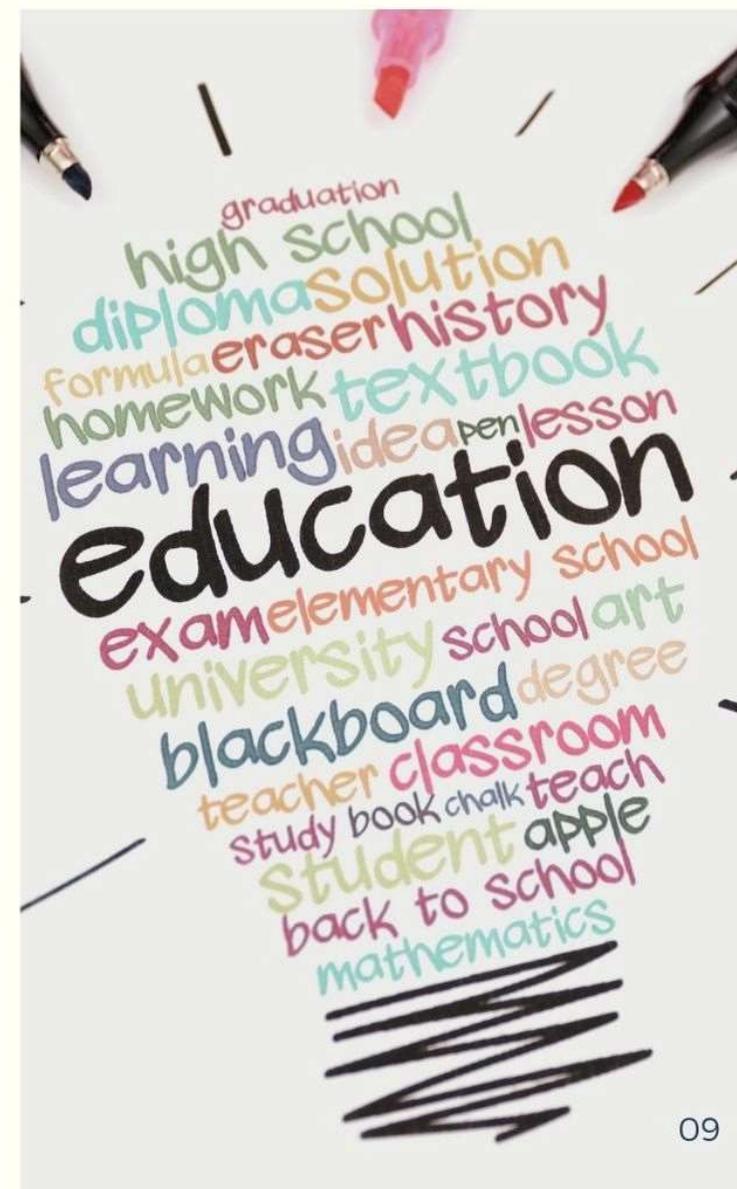
# PUPPO

Assim, desde a promulgação da Lei 10.097/2000, a oferta de cursos de aprendizagem profissional se ampliou no Brasil, principalmente a partir da possibilidade de que as chamadas organizações da sociedade civil também ofertassem os cursos, que antes eram exclusividade do Sistema S; ampliando desta forma, a possibilidade de contratação de adolescentes e jovens como aprendizes.

Esse aumento já foi sinalizado por Pupo (2019), que apresenta os dados referentes aos anos de 2005 até 2017, quando o Brasil saltou de um total de 57.231 aprendizes no ano de 2005, para 386.791 em 2017.

De acordo com informações do Boletim da Aprendizagem Profissional[1], em 2021, o Brasil fechou o ano com 460.568 (quatrocentos e sessenta mil, quinhentos e sessenta e oito) adolescentes e/ou jovens contratados como aprendizes. Esse número certamente poderia ter sido maior, pois a demanda pela contratação é sempre superior do que o número dos que são efetivamente admitidos. É o que se observa, por exemplo, pelos dados apresentados pela pesquisadora quando aponta que, no ano de 2017, o Brasil tinha uma demanda para contratação de 939.731 aprendizes e admitiu efetivamente 386.791, ou seja: “41,16% de um potencial de contratação” (PUPO, 2019, p. 14).

\*Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/aprendizagem-profissional-1>





Os dados mostram que um contingente significativo de adolescentes e jovens, principalmente das classes populares, poderia estar inserido nos programas de aprendizagem, um direito garantido pela legislação, porém, essa possibilidade não se efetiva na prática, em sua totalidade.

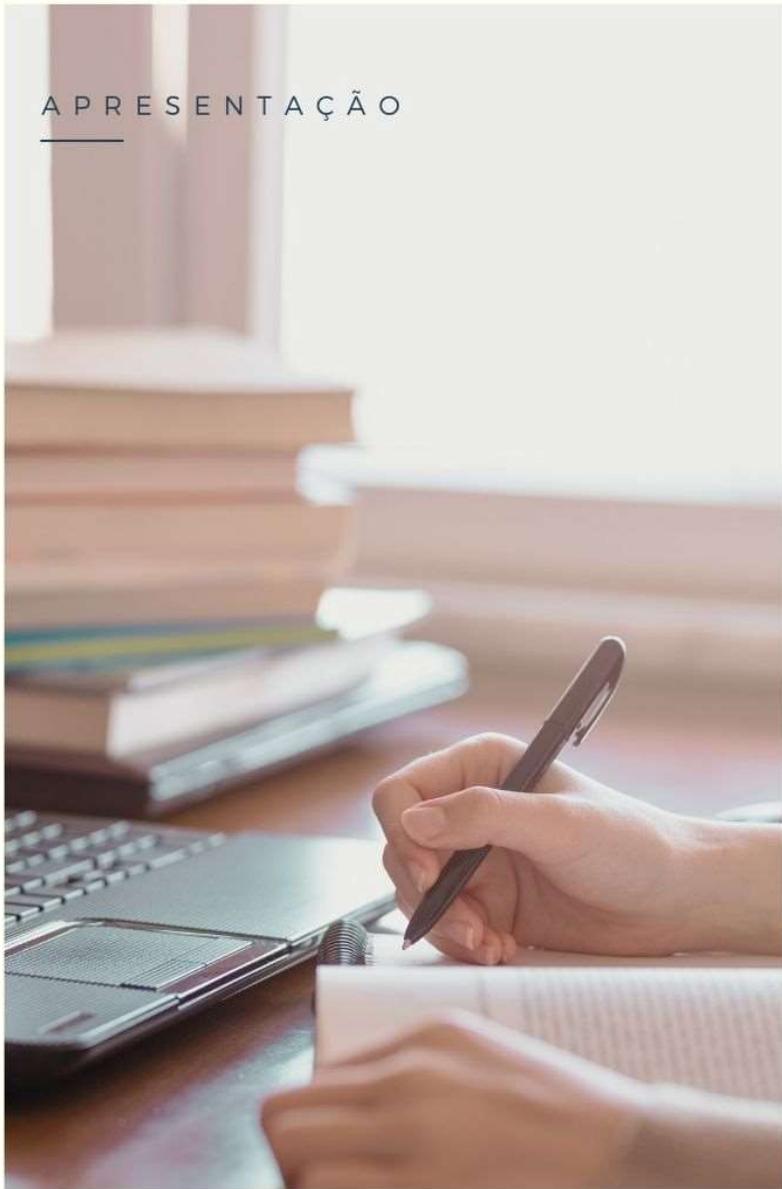
Atualmente, com a implantação do Catálogo Nacional de Programas de Aprendizagem Profissional, há um total de 1.034 programas devidamente cadastrados e aptos a serem implantados e desenvolvidos no Brasil, de acordo com a realidade local. Nesse número não estão os cursos técnicos, os quais constam do Catálogo de Cursos Técnicos do MEC.

O que se espera, além do aumento na oferta dos cursos e a possibilidade de contratação desses adolescentes e jovens como aprendizes, é a garantia da qualidade nessa oferta; para que de fato a aprendizagem cumpra o seu papel social de atendimento a esse público que procura os programas de aprendizagem para ter acesso a um emprego protegido, com possibilidade de trazer melhorias nas condições financeiras de suas famílias, além de colaborar no processo de socialização e na afirmação da identidade desses adolescentes e jovens, pois “para eles, ser livres, significa ter a liberdade para tomar decisões sobre a própria vida; é ter autonomia em fazer uso do seu dinheiro, de comprar, de consumir os bens culturais que os identifiquem como jovens” (MARQUES, 2020, p. 107, versão e-book).

APRESENTAÇÃO

---





Ao discorrer sobre a qualidade na educação, em diferentes níveis, diversos aspectos devem ser considerados, dentre eles, a formação dos professores. Nesse contexto, a legislação da aprendizagem profissional não traz diretrizes ou parâmetros a serem seguidos, não apresenta nenhum direcionamento, ficando sob a responsabilidade de cada entidade promover, ou não, a formação de seu quadro de docentes.

Outrossim, a formação dos professores é imprescindível em qualquer âmbito da educação, desde a educação infantil até a pós-graduação (lato e stricto sensu). Quanto a esse aspecto não restam dúvidas, a necessidade existe e é preciso pensar em estratégias para esse processo de formação, tanto inicial quanto continuada, dos professores que atuam nos programas de aprendizagem profissional.

Dessa forma, apresenta-se uma proposta de programa de formação continuada para atender a essa lacuna deixada pela legislação.

Entretanto, entende-se o desafio do planejamento de uma formação específica para docentes da aprendizagem profissional, dada a diversidade de cursos propostos no CONAP e de instituições que desenvolvem os programas de aprendizagem profissional.

APRESENTAÇÃO

---



education

# JUSTIFICATIVA

A profissionalização docente, como destacam Cária e Oliveira (2016), assume, além da instrumentalização técnica dos professores, um alargamento e compreensão da educação em totalidade.

Além da formação do professor, implica na valorização da docência, condições de trabalho, salário e carreira, constituindo-se em política pública, como ressaltam inúmeros pesquisadores no campo da formação docente.

PROGRAMA DE  
FORMAÇÃO CONTINUADA

---

@matildepupo

## AUTORES QUE APROFUNDARAM SEUS ESTUDOS SOBRE OS SABERES DOCENTES, COMO PIMENTA (2020) E TARDIF (2010),

apresentam os saberes experienciais, como eles constroem a identidade dos professores e do quanto os próprios professores os reconhecem quando fazem seus relatos dos saberes que mobilizam em sala de aula.

Para Pimenta (2020, p. 18 – versão e-book), os saberes experienciais “são também aqueles que os professores produzem no seu cotidiano docente, num processo permanente de reflexão sobre sua prática, mediatizada pela de outrem, seus colegas de trabalho, os textos produzidos por outros educadores”.

# PIMENTA TARDIF

JUSTIFICATIVA

---

Todavia, os próprios autores citados reconhecem que apenas o saber experiencial ou da experiência não são suficientes para o professor em sala de aula, já que “ensinar é mobilizar uma variedade de saberes, reutilizando-os no trabalho para adaptá-los e transformá-los pelo e para o trabalho” (TARDIF, 2010, p. 21). Ou seja, é necessário um conjunto de saberes para a constituição do docente.

Entende-se que também não é suficiente ao professor apenas o conhecimento adquirido na formação inicial,

isso porque trabalhar o conhecimento na dinâmica da sociedade multimídia, da globalização, da multiculturalidade, das transformações nos mercados produtivos, na formação dos alunos, crianças e jovens, também eles em constante processo de transformação cultural, de valores, de interesses e necessidades, requer permanente formação, entendida como ressignificação identitária dos professores (PIMENTA, 2020, p. 20 – versão e-book).

# MACHADO MOURA

JUSTIFICATIVA

---

Nessa mesma linha de pensamento, Machado (2008, p. 15) afirma que “é preciso um outro perfil de docente capaz de desenvolver pedagogias do trabalho independente e criativo, construir a autonomia progressiva dos alunos e participar de projetos interdisciplinares”.

O pensamento da autora coaduna com Moura (2008, p. 30), que traz a reflexão de que “o professor deve assumir outra atitude, forjada a partir de outro tipo de formação, que deve ser crítica, reflexiva e orientada pela responsabilidade social”. Para o autor, assim, o professor terá outra postura, não mais como simples transmissor de conteúdo, mas sim como mediador do processo de ensino-aprendizagem.

# IMBERNÓN TARDIF

A formação continuada é imprescindível para auxiliar no processo de formação desse novo perfil de professor que os autores mencionam, entretanto, é consenso entre autores, como Imbernón (2010) e Tardif (2014), de que quando se pensa em formação de professores, esse processo não pode ocorrer sem os professores, pois são os sujeitos e como tal, devem participar ativamente, ou seja, ela não pode ser pensada por especialistas, em seus escritórios, como se os professores não fossem capazes de gerar conhecimento. “Quem melhor pode realizar uma análise da realidade – uma compreensão, interpretação e intervenção sobre esta – do que o próprio professor?” (IMBERNÓN, 2010, p. 48)

## JUSTIFICATIVA



Baseado nessa premissa do professor enquanto sujeito do seu processo de formação, a proposta elencada emerge dos apontamentos feitos pelos professores que responderam ao questionário, parte integrante da tese de doutorado, quando indagados sobre assuntos/conteúdos que poderiam fazer parte de uma proposta de formação continuada (pergunta 33 do questionário), bem como da resposta à pergunta sobre quais estratégias pedagógicas poderiam proporcionar melhorias no processo de ensino/aprendizagem (pergunta 29 do questionário). A proposta também surge dos apontamentos feitos em uma entrevista não estruturada com a equipe técnica de uma instituição que trabalha com os cursos de aprendizagem profissional (pedagoga, assistente social e psicóloga).

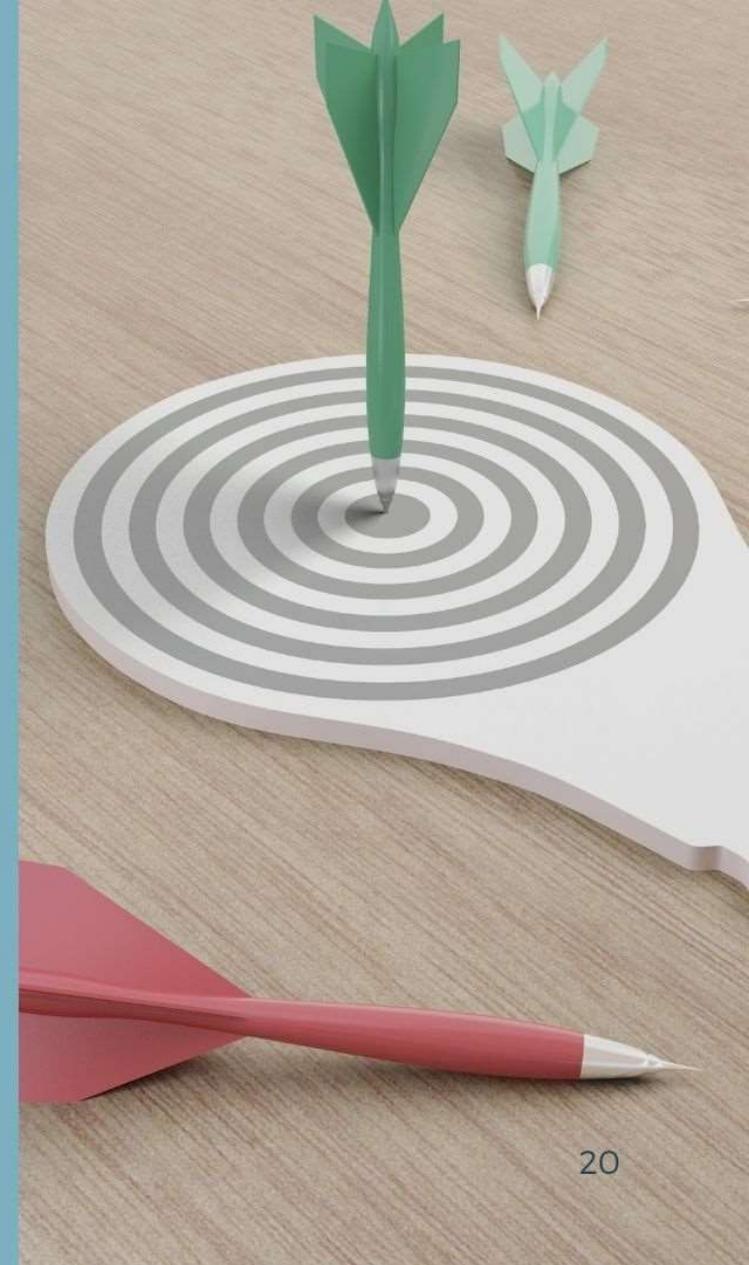
# OBJETIVOS

## OBJETIVO GERAL

Desenvolver um programa de formação continuada dos professores, visando contribuir com a profissionalização dos docentes dos cursos de aprendizagem profissional.

PROGRAMA DE  
FORMAÇÃO CONTINUADA

—  
@matildepupo



# OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1

Possibilitar a formação continuada dos professores dos cursos da aprendizagem profissional, visando uma reflexão e aprimoramento constante sobre a prática docente;

2

Promover a discussão de temas e estratégias de trabalho com vistas ao desenvolvimento de ações de formação continuada;

3

Oportunizar momentos para a troca de experiências entre os docentes, a reflexão sobre a prática e os saberes pedagógicos, visando a construção e produção de novos conhecimentos;

4

Propor um conjunto de atividades e ações visando o desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos docentes, por meio de uma metodologia que tome como ponto de partida a prática docente e promova a análise dessa prática pela reflexão;

5

Ampliar e aprofundar a compreensão dos docentes sobre a educação profissional e tecnológica no contexto do mundo do trabalho e da sociedade.

# METODOLOGIA

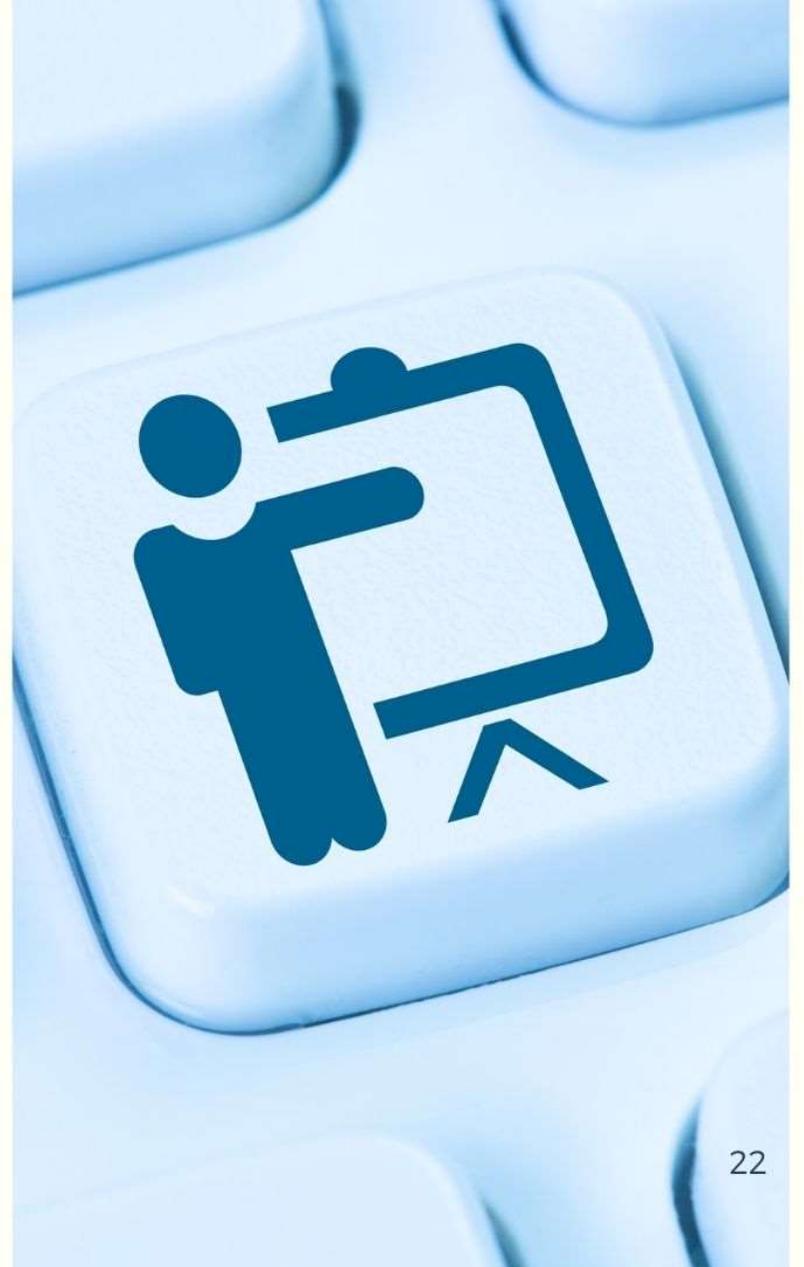
Ao elaborar esta proposta, o intuito é colaborar com o processo de formação continuada na perspectiva de profissionalização docente. A proposição é atender às necessidades dos docentes e às suas possibilidades de participação, como apontam os dados de investigação da tese que origina esta proposta como ponto de partida.

Portanto, a metodologia privilegia as ações direcionadas à melhoria da prática docente, considerando a análise reflexiva dessa prática.

PROGRAMA DE  
FORMAÇÃO CONTINUADA

---

@matildepupo



Assim, a metodologia se sustenta na perspectiva da formação na prática, durante os horários de trabalho, visando a valorização dos saberes dos docentes; um processo colaborativo em que as trocas entre eles se efetivem de modo a contribuir para possíveis comunidades de prática, o que pode ser um fator de motivação para a sua participação e inserção nesse programa.

A formação da prática e das experiências se coadunam com a concepção de teoria como expressão da prática, “entendendo que as relações sociais básicas do modo de produção em diferentes momentos históricos se manifestam no interior das instituições educacionais, incidindo sobre as formas e práticas dos processos de formação docente”

**MARTINS E ROMANOWSKI, 2010, P. 288**

Dessa forma, as temáticas emergem das sugestões já sistematizadas advindas do estudo realizado na pesquisa de doutorado. Sugere-se que, dentre os temas propostos neste documento, os docentes elejam aqueles que mais consideram necessários para a sua atuação, bem como a inclusão de outros temas relevantes que não estejam previstos aqui poderão ser sugeridos.

Partindo do pressuposto de que os docentes são sujeitos no processo de formação continuada, a oferta do programa poderá ser disponibilizada a cada início de ano letivo, sendo flexível a ajustes de acordo com sugestões que podem ser encaminhadas à coordenação do programa, inclusive permitindo a indicação de temas e propostas de organização das ações elencadas, de forma a compatibilizar as atividades letivas com as formativas.

A proposição é de que os professores decidam, em conjunto com a coordenação do programa, datas, horários, locais, carga horária, palestrantes, dentre outras sugestões relacionadas à proposta de formação continuada. Essas contribuições serão incorporadas, reajustando a proposta e, só após essa etapa, o programa poderá ser implantado.

Faz-se necessário ainda discutir conjuntamente com os docentes a forma de monitoramento e avaliação das atividades, a fim de verificar a efetividade e o alcance dos temas trabalhados, bem como dos formadores/professores que ficarão responsáveis pela execução das atividades formativas, sugerindo sempre formas para melhoria do processo, mesmo durante a sua execução.

# A METODOLOGIA

## VISA ATENDER AS NECESSIDADES DOS DOCENTES

privilegiando as ações direcionadas à melhoria da prática docente, contribuindo para a sua efetiva participação.



### FORMAÇÃO NA PRÁTICA

Em horário de  
trabalho



### VALORIZAÇÃO DOS SABERES DOCENTE

Reconhecimento



### PROCESSO COLABORATIVO

Troca entre  
docentes

# ATIVIDADES

Para atingir os objetivos propostos nesse Programa de formação continuada dos professores da aprendizagem profissional, indica-se a realização de uma metodologia que favoreça a constituição de saberes docentes a partir da prática, proposta baseada nas sugestões dos professores que responderam à pesquisa de doutorado, e nos apontamentos feitos pela equipe técnica sobre a necessidade de formação continuada dos professores que trabalham com os cursos de aprendizagem profissional.

PROGRAMA DE  
FORMAÇÃO CONTINUADA

---

@matildepupo



## ATIVIDADES

---

Assim, essas atividades serão desenvolvidas por meio de oficinas e minicursos, abrangendo os assuntos apontados, os quais foram categorizados e distribuídos de forma a abarcar da melhor maneira possível as sugestões e necessidades de formação para esses docentes, entendendo, porém, que outras ações podem ser sugeridas e incorporadas posteriormente, conforme o contexto de aplicação.

Novos temas ou categorias podem ser elencadas também, a depender da necessidade de cada grupo, uma vez que essa proposta de programa de formação continuada poderá ser utilizada para outros grupos de professores, não apenas para os que trabalham com os cursos de aprendizagem profissional, assim como as equipes envolvidas no processo de ensino e aprendizagem.



## OFICINAS TEMÁTICAS

Totalmente práticas, com temas propostos pelos docentes e conteúdo embasado teoricamente



## MINICURSOS

Podem ser presenciais ou online, promovendo a aprendizagem coletiva ou individual, utilizando diversas metodologias e conteúdos digitais

# OFICINAS TEMÁTICAS

Baseadas nos temas propostos pelos docentes e pela equipe técnica participante da pesquisa, são planejadas oficinas, por possibilitarem o desenvolvimento de atividades em grupo, de forma prática, com o devido embasamento teórico; para serem desenvolvidas no decorrer do ano letivo, com a finalidade de atender às necessidades de formação dos professores, contribuindo para novas dinâmicas no trabalho dos docentes em sala de aula. Sugere-se uma duração de 4 horas para cada oficina.

PROGRAMA DE  
FORMAÇÃO CONTINUADA

---

@matildepupo



# 1) ENSINO E APRENDIZAGEM

1. Estratégias de ensino voltadas para os cursos de aprendizagem profissional;
2. Metodologias inovadoras: sala de aula invertida; aprendizagem baseada em problemas, aprendizagem baseada em projetos; jogos – gamificação;
3. Estratégias de avaliação.



A educação tem passado por transformações contínuas nos últimos anos, principalmente no que se refere às metodologias de ensino, com a inserção de novas metodologias, as chamadas metodologias ativas (BACICH e MORAN, 2018), ou metodologias inovadoras, de acordo com Wunsch e Grebogy (2018). Assim, a educação profissional também é impactada e requer inovações metodológicas, principalmente nos cursos de aprendizagem profissional.

Há necessidade de superar a lógica do ensino tradicional, em que o professor é o detentor do conhecimento e o aluno é um sujeito passivo que acolhe todas as informações repassadas pelos professores, sem questionar ou se posicionar, pois, ao assumir “um caráter passivo, o aluno pode aprender a decorar, copiar, mas não a criar e transformar, o que contribui pouco para favorecer o seu crescimento e a sua formação” (SARAVALI, 2005, p. 122).

Assim, o papel do professor muda completamente, pois ele não é visto como o detentor do conhecimento, mas sim aquele que será um mediador do processo de ensino aprendizagem junto com os alunos.

Portanto, do aluno também se espera que seja sujeito do seu próprio processo de aprendizagem, que seja mais autônomo, assumindo também uma responsabilidade maior nesse processo, conforme destacado por Bacich e Moran (2018, p. 4), ao afirmarem que as metodologias ativas enfatizam o protagonismo do aluno propiciando “o seu desenvolvimento direto, participativo e reflexivo em todas as etapas do processo, experimentando, desenhando, criando, com orientação do professor”.

# KUENZER, (2010)

fazendo uma análise da nova configuração da sociedade na passagem da base eletromecânica para a base microeletrônica, aponta para um novo perfil de professor da educação profissional, que seja capaz de não descurar das ciências humanas, sociais e econômicas, mas que possa compreender as mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Essa base é fundamental para as categorias de análise na compreensão das dimensões pedagógicas para identificar as novas demandas de educação e a que interesses elas se vinculam. Alerta (KUENZER, 2010, p. 513) que é imprescindível na compreensão da concepção de sociedade:

compreender historicamente os processos de formação humana em suas articulações com a vida social e produtiva, as teorias e os processos pedagógicos, de modo a ser capaz de produzir conhecimento em educação e intervir de modo competente nos processos pedagógicos amplos e específicos, institucionais e não institucionais.

# KUENZER, (2010)

A autora afirma ainda que o professor não poder ser mais um animador, aquele que é competente para expor os assuntos e chamar a atenção do aluno, pelo contrário, o professor carece desenvolver exercer competência distinguir entre conteúdos, organizando-os a fim de promover situações de aprendizagem de modo interativo e crítico (KUENZER, 2010).

Na atualidade, é mais que instrumentalizar esses aprendizes para a leitura do texto, é, sobretudo, favorecer a leitura de mundo, as competências de “comunicação, análise, síntese, crítica, criação, trabalho em equipe, e assim por diante”. (KUENZER, 2010, p. 500.)

## 2) AÇÕES INCLUSIVAS

1. Metodologias para atendimento de alunos com necessidade de inclusão: TDAH, Dislexia, Discalculia, Autismo, dentre outros transtornos do neurodesenvolvimento;
2. Estratégias de avaliação para alunos com necessidades inclusivas;
3. Pesquisa e produção de materiais para atendimento de alunos com necessidades inclusivas.



Os transtornos do neurodesenvolvimento estão presentes em muitos adolescentes e jovens que participam dos cursos de aprendizagem profissional, os quais muitas vezes chegam até as instituições sem terem sido diagnosticados e tratados adequadamente. Muitas vezes, devido a um padrão de comportamento atípico apresentado em sala de aula, esses alunos são estigmatizados e não são compreendidos, e mais que isso, podem ser segregados tanto pelos professores quanto pelos próprios colegas de turma, o que pode gerar situações de conflitos, e em alguns casos, a desistência do curso.

Em uma perspectiva em que o paradigma é de que a educação deve ser pensada para todos, se faz necessário que, por meio de oficinas diversas, os professores tenham a oportunidade de conhecer o Modelo Social da Deficiência, no qual, embora possamos reconhecer que existam diferenças quanto a padrões de desenvolvimento, sendo típicos ou atípicos, a deficiência real é aquela em que um contexto educativo não se organiza para promover um desenho universal que promova a participação social do aluno.

O desconhecimento de muitos professores, seja pela ausência de formação específica, ou até mesmo pelas crenças construídas ao longo de sua jornada profissional, pode ser um impeditivo na percepção de alguns comportamentos que sinalizam uma condição atípica do desenvolvimento que impactará diretamente nos processos de ensino e aprendizagem.

Assim, se faz urgente que o professor compreenda minimamente como um aluno com TEA, TDAH, Dislexia, Discalculia, Altas Habilidades, entre outras, funciona. De modo que, tanto no nível de acolhimento, quanto pedagógico, a conduta metodológica deverá ser pensada de acordo com características específicas de cada um desses quadros.

Entende-se desse modo que o professor, uma vez sensível a esses aspectos do desenvolvimento humano, tendo obtido conhecimentos de ordem prática, terá mais subsídios para promover um ambiente inclusivo, que favorecerá o processo de aprendizagem.

## 3) TECNOLOGIAS A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO

1. A utilização da tecnologia a favor do professor (internet, redes sociais, mídias diversas);
2. Produção de recursos/materiais digitais;
3. Criação de podcasts.

A relação humana com o mundo e a forma pela qual a sociedade contemporânea se articula compõem-se da presença cada vez mais marcante da tecnologia que, atualmente, extrapola a determinação de mera ferramenta ou instrumento, para traduzir-se em uma essencialidade capaz de, discretamente, relativizar a humanidade do ser humano.

Assim, essa interação ora se projeta tendo a técnica como “um meio para fins”, ora como “um fazer humano” e, neste sentido, a tecnologia é desenvolvida para reduzir o esforço laboral humano e/ou a fim de aumentar o seu bem-estar; para aliviar o fardo da sua existência, para expandir os horizontes da vida e, principalmente, para aumentar a capacidade de produção. Tais prospecções não são boas, nem más, nem tampouco são neutras; também não expõem por si uma problemática, apenas são.

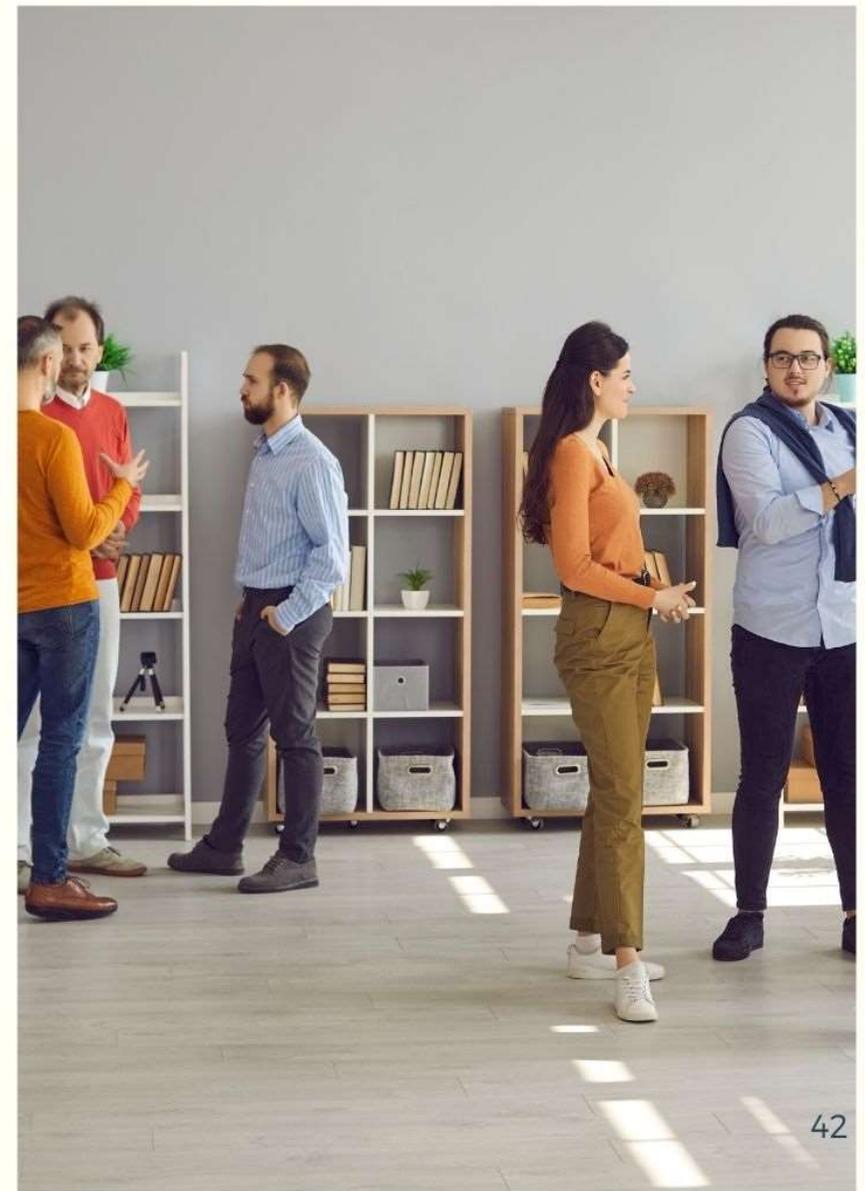
Imersa numa complexidade quase imperceptível, a grande maioria das pessoas vive e se relaciona com as tecnologias atuais sem se dar conta do quanto elas passaram a dominar sua rotina, seu trabalho, sua casa, suas escolhas e até mesmo seus desejos.

Não se pode deixar de reconhecer que a tecnologia traz inúmeros benefícios, facilitando nossas vidas, em vários sentidos: na medicina, na educação, nos afazeres domésticos, no trânsito, entre outros.

Ela está presente em nosso dia a dia, sendo imprescindível que o docente da aprendizagem profissional se aproprie dos seus recursos a favor da aprendizagem dos seus alunos.

# 4) RELACIONAMENTO INTERPESSOAL

1. Conflitos entre equipes;
2. Relação professor-aluno;
3. Mediação de conflitos;
4. Conflito e violência no ambiente familiar e rede de proteção.



Partindo da ideia de que “Todo ponto de vista é a vista de um ponto” (BOFF, 1998, p. 09), isto é, de que cada organismo é um universo de experiências repleto de expectativas que costumam se encontrar, é que se faz necessário ponderar o resultado do encontro entre aluno e professor, bem como demais encontros. Ambos trazem consigo em maior ou menor intensidade, expectativas, fantasias, receios e frustrações (HOSSNE, 1994).

A convivência será, portanto, inevitável em qualquer situação e em qualquer ambiente, e é dessa convivência que surgirão resultados mais ou menos adequados às finalidades pretendidas, nesse caso, a formação profissional. Sendo assim, torna-se necessário contemplar o relacionamento interpessoal em seus diferentes aspectos quando se pensa a formação para o mundo do trabalho.

A aprendizagem, em um sentido amplo, é produto dessa relação estabelecida entre professor e aluno, e é ela que nos dá pistas sociais 'do quê', por exato, está sendo priorizado nesse processo. Em uma perspectiva ideal, tanto as habilidades técnicas, quanto as comportamentais, deveriam figurar como relevantes, não se sobrepondo umas às outras.

Embora não seja a função exclusiva do professor, cabe perguntar se, compreendendo o contexto de formação profissional humanizada e integral, o professor está sensível aos sinais que este aluno está dando de que pode estar vivenciando conflitos de ordem pessoal e familiar, influenciando assim seu nível de engajamento e aprendizagem. É relevante que este professor tenha o conhecimento de que existe uma rede de proteção que pode e deve ser acionada frente a identificação de situações de risco que este jovem pode estar experimentando.

## PROFESSOR - MEDIADOR

Desse modo, o professor assume uma função mediadora entre o aluno e o conteúdo formativo, e também assume a mediação da relação deste aluno com as demandas do mundo do trabalho. Nesse contexto, o aluno estabelece uma relação direta, não apenas com temas relacionados com o contexto laboral, mas com temas diretamente relacionados aos direitos humanos, que direta ou indiretamente perpassam o mundo do trabalho.

Professores de diferentes níveis de ensino irão de deparar com discussões envolvendo temas afetos ao relacionamento interpessoal, quando não obstante, irão presenciar situações de violações de direitos, algo que pode ocorrer de forma bastante clara e incisiva, ou que pode se manifestar sutilmente.

# 5) DIVERSIDADE E DROGADIÇÃO



GÊNERO E DIVERSIDADE

USO DE DROGAS LÍCITAS  
E ILÍCITAS

DIREITOS HUMANOS

BULLYNG

RACISMO

PREVENÇÃO AO  
SUICÍDIO

Sobre as questões de gênero, por exemplo, sabe-se dos avanços que a causa vem ganhando no âmbito social. Em algum momento o professor poderá se deparar com situações em que alunos se identificam com o gênero oposto ao sexo biológico, ou ainda alunos que pedem para serem tratados de forma distinta nominalmente.

DIVERSIDADE  
E DROGADIÇÃO

---

Talvez se depare também com questões de bullying acerca da orientação sexual, e frente a esta realidade precisará saber minimamente como se posicionar. Sendo assim, deverá considerar que a falta diálogo pode contribuir para uma atmosfera de silenciamento, fomentando a invisibilidade e a discriminação.

Ainda na perspectiva da discriminação, o bullying, em sua definição legal, corresponde a um ato de violência física ou psicológica praticado de forma sistemática sem motivação evidente. O professor tendo o conhecimento da Lei N° 13.185 de 2015, poderia trabalhar na conscientização dos alunos a fim cessar um padrão de violência já existente ou até mesmo preveni-la.

Um outro tema de extrema relevância é o racismo que, além de se perpetuar ao longo dos anos, ainda se caracteriza como uma realidade social. O ideal seria que o professor compreendesse a relevância e magnitude desta temática, pois fomentando comportamentos de enfrentamento ao racismo, que por vezes ocorre de forma velada e até mesmo como 'brincadeira', estaria também contribuindo para combater uma prática que, estruturalmente, e acima de tudo, é crime.

Já sobre o tema relacionado ao uso de drogas, sabe-se que, inevitavelmente, o professor da educação profissional ou já se deparou ou irá se deparar com um aluno que faz o uso de substâncias ilícitas ou ilícitas.

Pode-se simplesmente presumir que não cabe ao professor dar uma solução para esta realidade, porém, ele pode criar um espaço seguro que possibilite a discussão sobre a pertinência e os danos do uso continuado de substâncias lícitas ou ilícitas. Algo que não precisa acontecer a nível individual, mas que pode ocorrer coletivamente, por meio de discussões críticas a respeito dos efeitos, da legalidade e do impacto que a decisão de usar drogas pode ter, inclusive, no contexto laboral.

Seria, sobretudo, importantíssimo que o professor tivesse algum conhecimento da Lei Brasileira sobre Drogas (Lei n.11.343/2006), que destaca a importância de os docentes terem subsídios para trabalhar com seus alunos em caráter preventivo. Tal conhecimento, inclusive, seria essencial para que o professor não estigmatizasse o aluno que opta pelo uso de substâncias lícitas ou ilícitas.

No que diz respeito à prevenção do suicídio, sabe-se que esta não é uma realidade distante do contexto da Formação Profissional, por ser um fenômeno multideterminado, tanto o suicídio, quanto as tentativas que o precedem, são assuntos de alta complexidade para o professor.

DIVERSIDADE  
E DROGADIÇÃO

---

## DEPOIMENTO DA TÉCNICA EMÍLIA

“é importante que o docente compreenda que independente de falar ou não falar sobre este tema tão sensível, o sentimento que precede essa tomada de decisão está presente. Há uma discussão significativa sobre a pertinência de discutir essa temática, pois alguns autores entendem que uma abordagem bem-intencionada, porém, simplista podem culminar em danos maiores. Contudo, não se pede ao professor que impeça o fenômeno suicídio, e sim que promova um espaço seguro para que este aluno encontre em alguma medida um ambiente acolhedor, e que entenda o espaço da Formação Profissional como fator de proteção para seu desenvolvimento. E que frente aos sinais de risco e a angústia percebida no aluno, o professor saiba como respeitosamente direcioná-lo aos profissionais que deverão acolhê-lo. Para além disso, o professor também poderia contribuir com desestigmatização daquelas pessoas que empreenderam tentativas, mas que não as efetivaram de fato.”.



# MINICURSOS

Para assuntos que exigem um aprofundamento teórico maior, carecem de uma dinâmica de discussão, estudos e reflexões que permitam aos professores ampliarem sua formação docente para atuar na aprendizagem profissional. Assim, uma das estratégias é a realização de minicursos, que podem ser presenciais ou online, utilizando-se de metodologias inovadoras (WUNSCH e GREBOGY, 2018) e tecnologias digitais, promovendo a aprendizagem de forma coletiva ou individual, sendo que os textos de discussão podem ser disponibilizados em vídeo aulas, PDFs, ebooks, artigos ou planilhas.

# 1) EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM FOCO

30H

1. História da educação profissional e tecnológica;
2. Políticas públicas de educação profissional;
3. Educação profissional e trabalho;
4. Trabalho: fundamentos históricos e ontológicos.





MINICURSOS

## 2) APRENDIZAGEM PROFISSIONAL

O QUE É PRECISO SABER - 30H

TEMA1: O APRENDIZ

TEMA2: ENTIDADE CONCEDENTE (EMPRESA)

TEMA3: ENTIDADE FORMADORA

PROGRAMA DE  
FORMAÇÃO CONTINUADA

@matildepupo



## TEMA 1

### APRENDIZAGEM PROFISSIONAL: O APRENDIZ

1. O que é o programa de aprendizagem profissional;
2. Como funciona o contrato de aprendizagem profissional;
3. Quem pode ser aprendiz;
4. Aprendiz com deficiência (PCD);
5. Direitos e deveres do aprendiz;
6. Teoria (Entidade Formadora) versus Prática (Empresa).

## TEMA 2

### APRENDIZAGEM PROFISSIONAL: ENTIDADE CONCEDENTE (EMPRESA)

1. Formas de contratação de aprendizes;
2. Contratação mediante cota social;
3. Aspectos legais que regem o contrato de aprendizagem;
4. Obrigatoriedade de contratação de aprendizes;
5. Estabelecimentos dispensados do cumprimento da cota de aprendizagem;
6. Quem é a entidade concedente da parte prática da aprendizagem profissional.





## TEMA 3

APRENDIZAGEM  
FORMADORA

INDUSTRIAL:

ENTIDADE

1. Instituições qualificadas para ministrar cursos de aprendizagem e onde encontrá-las;
2. O que a entidade formadora deve comprovar em relação ao quadro técnico docente para desenvolver programas de aprendizagem;
3. Requisitos básicos para que as entidades formadoras possam obter o registro no CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente);
4. Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional (CNAP);
5. Catálogo Nacional de Programas de Aprendizagem Profissional (CONAP);
6. As modalidades de desenvolvimento dos programas de aprendizagem profissional.

Os minicursos 1 e 2 abordam aspectos da educação profissional e da aprendizagem profissional, pois, conforme foi abordado nesta tese, os professores que atuam na educação profissional são oriundos das mais diversas áreas e em sua grande maioria não tem formação para atuar na educação profissional, em especial nos cursos de aprendizagem profissional, os quais têm uma especificidade própria, já que estão vinculados à empregabilidade dos adolescentes ou jovens na condição de aprendizes.

Esses dois minicursos irão trazer um panorama geral da educação profissional em si e da aprendizagem profissional.

## DEPOIMENTO DA TÉCNICA JULIA

“Para que esses professores possam exercer suas atividades de docência nessa modalidade com qualidade, impactando positivamente a vida pessoal e profissional dos jovens que estarão em sala de aula, se faz necessário compreenderem o contexto da educação profissional, assim como se apropriarem das terminologias, dos conteúdos formativos, da prática pedagógica que envolve continuamente o processo de mediação entre teoria e prática. Nesse contexto, capacitar os professores acerca da história da educação profissional e tecnológica, quais foram e são os avanços e desafios dessa modalidade de educação, quais políticas públicas voltadas a essa área estão vigentes atualmente no Brasil, que a aprendizagem profissional é um dos eixos dentro da educação profissional, é imperativo, assim como, esse professor necessita compreender a relação da educação profissional com o mundo do trabalho, construindo continuamente paralelo entre a sala de aula e o ambiente laboral desse aluno.”

# 3) CULTURA DE PAZ E EDUCAÇÃO PARA A PAZ

30H

1. O que é Cultura de Paz e Não-Violência?
2. As cinco pedagogias integradas e complementares: Pedagogia dos Valores Humanos, Pedagogia dos Direitos Humanos, Pedagogia da Conflitologia e Pedagogia da Ecoformação;
3. Educação para a Cultura de Paz;
4. Justiça Restaurativa e Práticas restaurativas;
5. Mediação de Conflitos;
6. Comunicação não violenta;
7. Processos Circulares: círculos de construção da paz e restaurativos (conflitivos).



A proposta desse minicurso remete às diversas situações de violência presentes no cotidiano das relações sociais e principalmente nas escolas, as quais têm sido alvo de ataques nos últimos tempos, pois essa violência tem reflexo também nos cursos de aprendizagem profissional.

No Brasil, em maio de 2018, a Lei 13.663, inseriu os incisos IX e X no artigo 12 da LDB, os quais preveem que os estabelecimentos de ensino terão, além de outras incumbências o dever de:

“promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying) no âmbito das escolas; estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas”.

Esses temas são abordados nos cursos de aprendizagem profissional, fazendo parte da matriz curricular, perpassando diversas unidades curriculares e trabalhados de diversas formas. Assim, reveste-se de fundamental importância para a formação continuada dos professores.

# SALLES FILHO E SALLES, (2018)

CULTURA DE PAZ E  
EDUCAÇÃO PARA A PAZ

---

“A Cultura da Paz é um importante campo educativo que possibilita várias reflexões, análises e vivências para a construção de políticas educacionais que dialoguem com as demandas da contemporaneidade, considerando o cenário atual das múltiplas expressões das violências e conflitos presentes nos espaços educacionais. Incorpora alternativas para desenvolver uma cultura de não-violência dentro da comunidade escolar compreendendo todas as relações humanas, assim como a relação com o meio ambiente.”



MINICURSOS

# 4) INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

30H

PROGRAMA DE  
FORMAÇÃO CONTINUADA

@matildepupo

## MINICURSOS

---

1. A história da pessoa com deficiência: contribuições históricas e antropológicas;
2. A transição do Modelo Médico da Deficiência para o Modelo Social da Deficiência;
3. A Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
  - a) Acessibilidade e desenho universal;
  - b) Tipos de barreiras: urbanísticas, arquitetônicas, atitudinais, tecnológicas nos transportes e nas comunicações;
  - c) Garantias legais específicas previstas;
4. Desenvolvimento atípico: características, prevalência, desenvolvimento e curso, fatores de risco e prognóstico e comorbidades;
  - a) Altas Habilidades;
  - b) Deficiência física e intelectual;

## MINICURSOS

---

- c) Deficiência visual e auditiva;
  - d) Deficiências múltiplas e surdocegueira;
  - e) Transtorno do Espectro Autista (TEA);
  - f) Transtorno Específico da Aprendizagem com prejuízo na leitura e escrita (Dislexia) e na matemática (Discalculia);
  - g) Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH);
5. Inclusão e Acessibilidade: fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão educacional;
  6. Diversidade e inclusão educacional;
  7. Criando experiências de aprendizagem para todos os alunos;
  8. Equiparação de oportunidades;
  9. Tecnologias Assistivas e outros recursos.

Discutir o desenvolvimento atípico que engloba altas habilidades, deficiências, alterações e transtornos do neurodesenvolvimento significa compreender a jornada histórica de segregação e possibilidades de inclusão. Este é um conhecimento bastante importante ao professor que precisa estar sensível, pois, em algum momento, receberá esse público. Compreender como, ao longo do tempo, os conceitos de deficiência e os mais análogos foram se formando e se alterando, se faz essencial em um espaço de formação profissional que é plural e democrático e que vai além de um paradigma de ensino estritamente técnico.

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146 de 2015), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para pessoa com deficiência, irá defender a ideia de um desenho universal, isto é, a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas (com ou sem deficiência), sem necessidade de adaptação ou de projeto específico. O que, em grande medida, poderá possibilitar a transposição de barreiras, urbanísticas, arquitetônicas, atitudinais, tecnológicas nos transportes e nas comunicações.

Se torna fundamental que o professor compreenda, por exemplo, que a sua postura frente a alunos com desenvolvimento atípico pode caracterizar-se como uma barreira atitudinal ao progresso e à participação social deste aluno. Outro ponto relevante é compreender que a integração (estar presente em um determinado meio onde preponderam pessoas sem nenhum tipo de deficiência ou alteração no desenvolvimento) não significa inclusão. A inclusão prevê, além da presença deste aluno, a adaptação do ambiente a suas necessidades, a existência de recursos que permitam sua participação em algum nível de igualdade.

Conclui-se assim que, o preparo, a dedicação e o planejamento das ações requerem a formação continuada de todos os profissionais envolvidos na formação profissional, pois a inclusão é, antes de tudo, um desafio educativo, visto que é preciso uma nova readequação e aprendizagem na convivência com as diferenças.

MINICURSOS

# 5) O DESENVOLVIMENTO HUMANO E SEUS DESDOBRAMENTOS NO PROCESSO DO APRENDER

16H

PROGRAMA DE  
FORMAÇÃO CONTINUADA

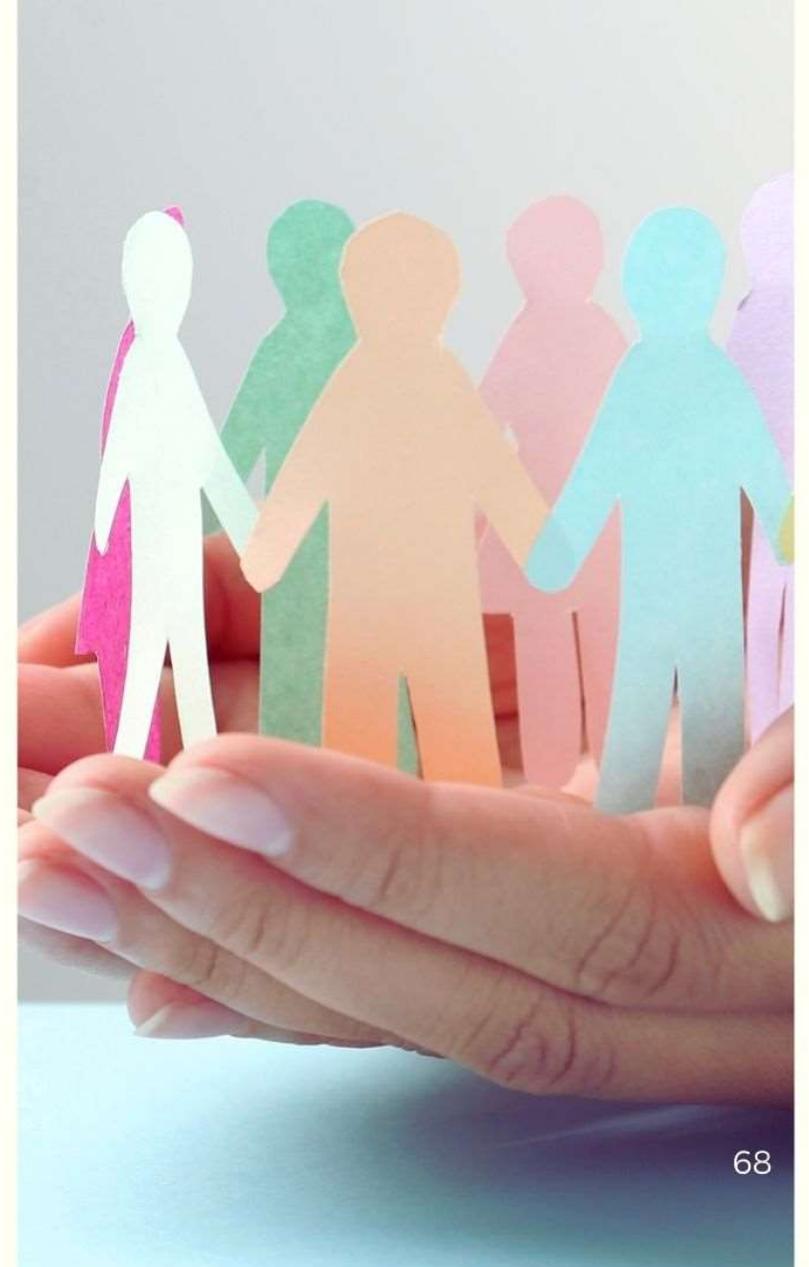
@matildepupo



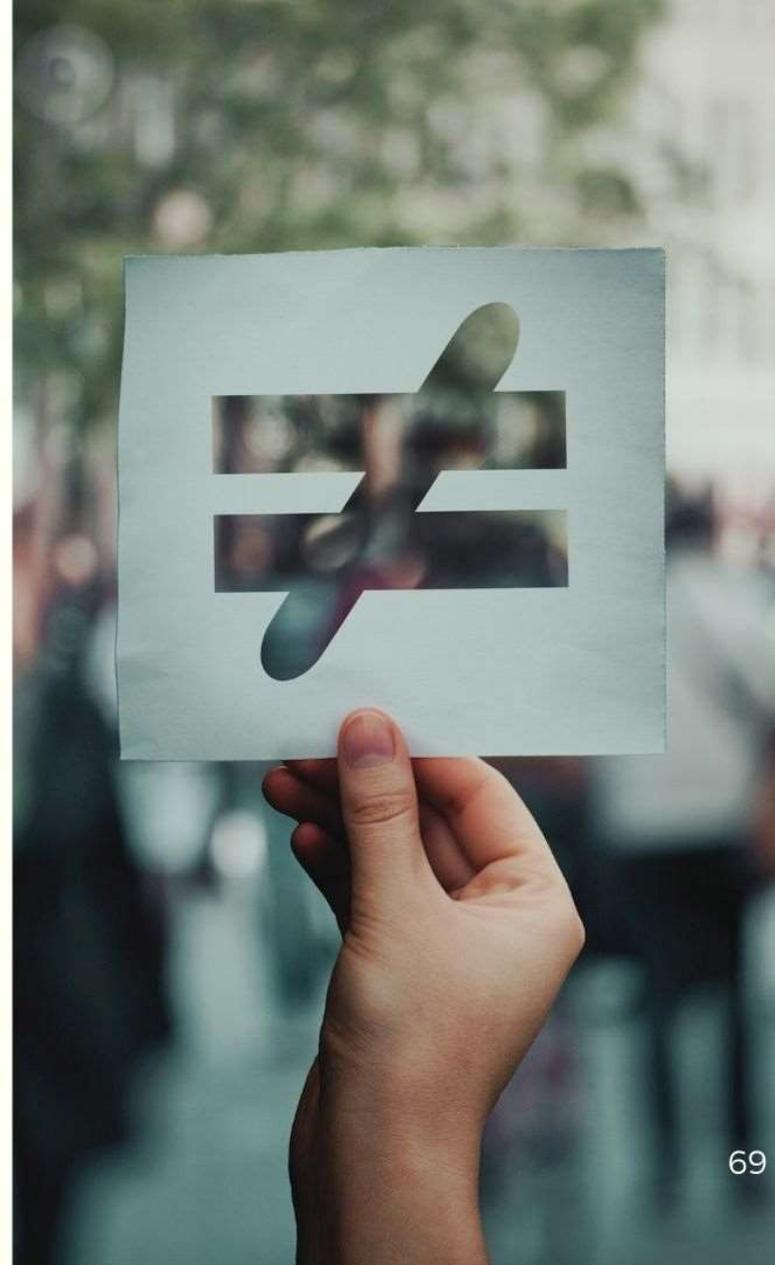
## MINICURSOS

---

1. Inatismo, empirismo e interacionismo: afinal o que determina o homem?
2. O desenvolvimento humano sob diferentes perspectivas teóricas:
  - a) Psicanalíticas - Teoria Psicossocial do Desenvolvimento Humano de Erikson; Teoria Psicosexual do Desenvolvimento Humano de Freud;
  - b) Cognitivas: Teoria Psicogenética de Piaget; Teoria Histórico-cultural de Vygotsky, Teoria psicogenética de Wallon;
  - c) Centrada na Aprendizagem: Behaviorismo; Teoria da Aprendizagem Social de Bandura; Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner;
  - d) Evolucionista: Teoria do apego - John Bowlby, Harry Harlow e Mary Ainsworth;
  - e) Fatores de risco e proteção ao desenvolvimento;



- f) Nível socioeconômico e necessidades básicas – Pirâmide de Maslow;
  - g) Privação afetiva e negligência – os efeitos neurocognitivos que afetam a aprendizagem;
  - h) Exposição à violência: consequências e manutenção do modelo intergeracional da violência.
3. A competição entre padrões inadequados de comportamento previamente aprendidos versus a possibilidade de novas aprendizagens transformadoras;
  4. A compreensão e a apropriação da história de vida como instrumento de planejamento futuro e emancipação social;
  5. Conexão entre professor e aluno: aprendizagem vicariante (observacional) que pode transformar.



As diferenças, contudo, também podem se apresentar da perspectiva social, daí a importância de considerar as variáveis como renda, fatores de risco e proteção, escolaridade, modelos parentais, hereditariedade, etc. Tais fatores serão abordados no minicurso destinado aos aspectos do desenvolvimento humano e seus desdobramentos no processo do aprender.

O debate entre aquilo que é inato e o que é aprendido é de longa data, nesse sentido, podem-se citar as correntes filosóficas do inatismo, empirismo e interacionismo. Há uma intersecção bem importante entre o desenvolvimento humano e a aprendizagem, a qual devemos entender, sobretudo, se levarmos em conta a função mediadora do professor.

É importante destacar que esse processo de desenvolvimento humano pode ser explicado por diferentes abordagens teóricas, e a interface disso com a aprendizagem é essencial ao professor da educação profissional, haja vista que sua visão pessoal de mundo e de ser humano irá influenciar diretamente a maneira como irá mediar o processo de ensino e aprendizagem.

O docente também precisa considerar as variáveis que impactam diretamente esse processo de desenvolvimento humano, pois elas refletirão invariavelmente na relação que o aluno estabelecerá com a aprendizagem.

É necessário considerar que este aluno que, por vezes, chega em sala de aula, e do qual se exige algo, pode ter sido exposto a fatores de risco e de proteção. Os fatores de risco são as variáveis de natureza biológica ou ambiental que podem afetar negativamente o desenvolvimento, ocasionando maior probabilidade da manifestação de distúrbios físicos, cognitivos e psicológicos. Já os fatores de proteção designam elementos biológicos ou ambientais que podem contribuir positivamente para o desenvolvimento humano.

Os fatores de risco podem ser internos (relacionados às características biológicas) ou externos (relacionados a eventos ambientais), sendo que ambos comumente fundem-se, não sendo possível delimitar com clareza os efeitos de cada um isoladamente (SILVA; MACENO; OBANDO, 2020).

Sabe-se que o nível socioeconômico e a não satisfação das necessidades básicas (Pirâmide de Maslow), que podem variar desde privação de alimento até privação do afeto, além de negligência, bem como, exposição à violência, irão impactar negativamente o desenvolvimento humano. E se o princípio é de que o aluno é resultado também de suas experiências, ele vem com elas para a sala de aula, ele é um universo de experiências que ali chega e que mesmo necessitando ali estar, nem sempre tem condições de ser o aluno ideal, ou de atender as expectativas do professor.

O professor que transcende é realmente aquele que se torna exemplo, aquele que não se preocupa apenas em ensinar a técnica, mas que genuinamente vê o aluno e se preocupa com sua formação de modo integral. Talvez essa seja a semente de uma educação transformadora que poderia perpassar todos os níveis de ensino.



# FORMADORES

De acordo com os temas aprovados em conjunto com os docentes, poderão ser convidados professores que tenham amplo conhecimento dos assuntos a serem abordados. Também por isso, é importante que a instituição faça uma previsão orçamentária para planejamento da remuneração dos profissionais envolvidos na proposta de formação como um todo.

PROGRAMA DE  
FORMAÇÃO CONTINUADA

---

@matildepupo

Para a seleção dos profissionais externos cada instituição deverá planejar, além da previsão orçamentária, as formas de seleção, que envolvam análise de currículo, experiência profissional, participação em pesquisas e eventos da área; a fim de contratar profissionais devidamente qualificados para a concretização da proposta, que possam desenvolver uma metodologia inovadora na direção da articulação da prática docente a ser refletida com a teoria, e que promovam a participação, discussão e reflexão dos professores.

O programa não objetiva apenas a formação teórica dos professores, mas a articulação com a vivência de uma metodologia experienciada no processo de formação continuada, visando uma transposição para a prática docente, numa perspectiva de profissionalização dos professores.

# AVALIAÇÃO

Na realização do programa estão na pauta a avaliação da função pedagógica, a função social e a função econômica (Melo, 2011). A função pedagógica consiste na avaliação do próprio programa, seus objetivos, metodologia e conhecimentos abordados; a função social considera as aprendizagens dos professores em relação à sua formação, ao seu desenvolvimento profissional; e a função econômica considera os efeitos, as mudanças e impactos gerados para as instituições, no caso dos cursos de aprendizagem profissional.



Assim, a avaliação incide no processo de formação desencadeado, nos resultados provocados, nas aprendizagens e nos impactos. Conforme Fernandes (2011), Justus e Brandalise, (2018), a avaliação de programas e de projetos educacionais envolve questões teóricas e práticas, como a concepção de avaliação, as condições em que se efetiva o programa e seus efeitos.

Com base nesses pressupostos, a avaliação desse programa será realizada em três instâncias: institucional, da proposta e da formação docente. A avaliação institucional realizada pelos gestores envolve a realização da proposta e sua viabilidade, a infraestrutura e as condições financeiras para a sua efetivação. A avaliação da proposta a ser realizada pelos organizadores, professores e formadores, aborda os objetivos estabelecidos, a relevância dos temas propostos, os materiais disponibilizados, as orientações metodológicas e as contribuições para o processo de formação. Em relação à formação docente, o foco contém as aprendizagens dos professores.

## AVALIAÇÃO

Enquanto processo de avaliação, os instrumentos de coleta de dados incluem relatórios, depoimentos e autoavaliação. Do conjunto desses dados serão estabelecidos os indicadores que possam apontar os níveis da proposta quanto as funções pedagógica, social e econômica.



# REFERÊNCIAS

BAUER, A.; SOUZA, S. Z. Indicadores para avaliação de programas educacionais: desafios metodológicos. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v. 23, n. 86, p. 259-284, jan./mar. 2015

BACICH, L.; MORAN, J. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

BRASIL. Lei 13.663, de 14 de maio de 2018. Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 14 mai. 2018. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13663.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13663.htm). Acesso em: 21/02/2023.

CABRAL, C. P. A evolução das concepções de hereditariedade e ambiente de estudantes de psicologia. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, University of São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-10112017-123959/en.php>. Acesso em 14 out. 2023.

CARIA, N. P., & OLIVEIRA, S. M. da S. S. A profissionalização da docência e a formação do profissional da educação. Revista Intersaberes, v. 11 n23, p. 421-440, 2016.

## REFERÊNCIAS

---

CERQUEIRA, M.M. de.; GUNES, M do C.O de C. Questionamentos incipientes para os neurocientistas, pedagogos e/ou interessados. *Diamantina Presença*, Itaberaba, v.1, n. 1, p. 18-14, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/diamantina/article/view/2884>. Acesso em 14 out. 2023.

DELORS, Jacques et al. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. *Educação um tesouro a descobrir*, v. 6, 1996.

FERNANDES, D. Avaliação de programas e projetos educacionais: das questões teóricas às questões das práticas. In: FERNANDES, D. (Org.). *Avaliação em educação: olhares sobre uma prática social incontornável*. Pinhais: Melo, 2011. p. 185-208.

IMBERNÓN, F. *Formação continuada de professores*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

JUSTUS, M. B.; BRANDALISE, M. A. T. Avaliação do Programa de Formação Continuada das escolas públicas paranaenses na modalidade de Semanas Pedagógicas. *Práxis Educativa*, v. 13, n. 3, p. 692-712, 2018.

MARQUES, M. O. S. Juventude, escola e sociabilidade. In PIMENTA, S. G. (org.) *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 2020.

## REFERÊNCIAS

---

MELO, R. A avaliação de programas de formação docente como ferramentas de melhora da qualidade educativa. In XVI Seminário Acadêmico APEC. Horizontes de Brasil: escenarios, intercambios y diversidad, 2011.

MOURA, D. H. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica. v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2863>. Acesso em: 14 nov. 2022.

PIMENTA, S. G. (org.) Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 2020.

PUPO, M. D. M.; URBANETZ, S. T. Aprendizagem Profissional: possibilidades e perspectivas para adolesces e jovens das classes populares. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica. v. 2, n. 17, 2019. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/8212>. Acesso em: 14 nov. 2022.

SARAVALI, E.G. Dificuldades de aprendizagem no ensino superior: reflexões a partir da perspectiva piagetiana. ETD – Educação Temática Digital. Campinas, v. 6, n. 2, pp. 99-127, jun. 2005. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4856174.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2022.

## REFERÊNCIAS

---

SALLES FILHO, N. A.; SALLES, V. O. Cultura de paz como componente da lei de diretrizes e bases da educação nacional: dilemas e possibilidades. Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 189-193, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/sociais/article/view/12331>. Acesso em: 7 ago. 2023.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 17 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

WUNSCH, L. P.; GREBOGY, E. A abordagem “4cs” na prática formativa docente”. Metodologias pedagógicas inovadoras: contextos da educação básica e da educação superior. V. I. p. 145 -157. Curitiba: Curitiba: Editora IFPR. 2018. Disponível em: [https://saojose.br/wp-content/uploads/2022/01/metodologia\\_pedagogicas\\_inovadoras.pdf](https://saojose.br/wp-content/uploads/2022/01/metodologia_pedagogicas_inovadoras.pdf). Acesso em: 01/09/2023.

# MATILDE PUPO

## TESE DE DOUTORADO

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DOS  
CURSOS DE APRENDIZAGEM  
PROFISSIONAL

### TELEFONE

41 99211 6833

### E-MAIL

matildepuppo8@gmail.com

